

2016 v. 19 n. 110 jul./ago.

Artigos

- Os honorários advocatícios no CPC/2015 e as ações tributárias**
01. *(Airton Freitas Feitosa Filho)* 09
- Novas normas do novo Código de Processo Civil com ênfase na audiência preliminar de conciliação ou mediação e seus reflexos no Direito Tributário**
02. *(Alexandre Mamatov Lipovsky, Antonio Baptista Gonçalves, Debby Helena Sou Chu)* 22
- O processo administrativo tributário e a efetividade jurisdicional dos órgãos de julgamento no novo Código de Processo Civil**
03. *(Alexandre Pantoja)* 45
- Suspensão do Processo de Execução Fiscal e o Novo Código de Processo Civil**
04. *(Ânderson Andreoli Martins)* 55
- A antecipação de garantia fiscal e a substituição da ação cautelar atípica na sistemática do novo CPC**
05. *(Andrei Furtado Fernandes, Gabriel Abrantes)* 77
- A modificação dos prazos processuais no novo Código de Processo Civil e seus reflexos no Direito Tributário**
06. *(Antonio Baptista Gonçalves)* 87
- Recursos no novo CPC: breve análise: e o impacto no Direito Tributário**
07. *(Antonio Baptista Gonçalves, Marcos Gasperini)* 108
- Os processos judiciais e administrativos tributários e o incidente de desconsideração de personalidade jurídica do novo Código de Processo Civil**
08. *(Betina Treiger Gruppenmacher)* 130
- O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo CPC e seus desdobramentos ao Direito Processual Tributário**
09. *(Bruno Pellegrino)* 149
- A ação cautelar de antecipação dos efeitos da penhora utilizada no âmbito do Processo Judicial Tributário e o advento do novo Código de Processo Civil: Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015**
10. *(Cláudio Carfaro dos Santos)* 174
- Prazos processuais tributários e sua base legal perante o novo Código de Processo Civil: Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015**
11. *(Cristiano Agrella Basaglia)* 196
- A coisa julgada em matéria tributária à luz do CPC/2015: análises acerca da arguição de inexecutabilidade do título judicial, da nova hipótese de rescisão de julgado a partir de decisão proferida pelo STF e das relações jurídicas continuativas**
12. *(Daniel Corrêa Szelbracikowski)* 237

13.	O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil, e seus impactos no Direito e Processo Tributário <i>(Daniela Darci Coelho)</i>	262
14.	A desconsideração da personalidade jurídica na execução fiscal regida pelo novo Código de Processo Civil <i>(Danielle Bertagnolli)</i>	277
15.	O novo Código de Processo Civil: instrumentos de uniformização da jurisprudência e aplicação de precedentes: reflexos no Processo Tributário <i>(Eduardo Souto do Nascimento, Ricardo Braghini)</i>	293
16.	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e a sua aplicação no âmbito da execução fiscal <i>(Emmanuel Biar, Pedro Tinoco)</i>	303
17.	Execução fiscal de crédito público estrangeiro: análise das possibilidades do Artigo 961, § 4º, do novo Código de Processo Civil <i>(Henrique Tróccoli Júnior)</i>	315
18.	A responsabilidade pessoal do diretor, gerente ou representante da pessoa jurídica e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica <i>(Henry Gonçalves Lummertz)</i>	326
19.	Os reflexos do CPC/2015 à compensação judicial tributária face à natureza heterotópica do Artigo 170-A do CTN <i>(Hugo Barroso Uelze)</i>	353
20.	Vigência da Lei Processual no tempo e os honorários da sucumbência no novo CPC <i>(Hugo de Brito Machado)</i>	372
21.	Breves considerações sobre o recurso de apelação no novo CPC <i>(Ives Gandra da Silva Martins, Fátima Fernandez Rodriguez de Souza, Angela Vidal da Silva Martins)</i>	378
22.	Os impactos do novo Código de Processo Civil nos processos tributários <i>(Kiyoshi Harada)</i>	386
23.	Os honorários advocatícios nas ações contra a Fazenda Pública e o novo Código de Processo Civil <i>(Leonardo Romero de Lima)</i>	398
24.	A tutela de evidência no novo CPC e o Processo Tributário comentários sobre instituto previsto no Artigo 311 do Código de Processo Civil e seus reflexos no Processo Tributário <i>(Luís Rodolfo Cruz e Creuz, Pedro Alexandre Marquês de Sousa)</i>	410
25.	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica nas hipóteses de redirecionamento da execução fiscal <i>(Luiz Fernando Maia, Luiz Augusto Almeida Maia)</i>	428

26.	A essência do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica e sua relação com a execução fiscal (<i>Marcel Gulin Melhem, Michel Gulin Melhem</i>)	440
27.	Comentários a respeito de algumas correlações existentes entre o novo Código de Processo Civil e o Direito Tributário pátrio (<i>Marcelo Fróes del Fiorentino</i>)	460
28.	Reflexos do novo CPC no processo tributário (<i>Marcelo Salles Annunziata</i>)	484
29.	O seguro-garantia no âmbito do Direito Tributário: reflexos nos contornos do novo Código de Processo Civil (<i>Maria Izabel de Macedo Vialle</i>)	492
30.	O novo CPC e os reflexos no Processo Tributário Administrativo (<i>Maurício Pereira Faro, Bernardo Motta Moreira</i>)	500
31.	Da legitimidade ad causam dos tributos indiretos e o novo CPC (<i>Paulo Caliendo</i>)	520
32.	Tutela provisória e o processo tributário frente ao novo CPC (<i>Phernanda Cirino de Lima</i>)	547
33.	Os efeitos do novo CPC na coisa julgada em matéria tributária (<i>Priscilla Versatti, Marcelo Martins da Silveira</i>)	560
34.	Contingências tributárias e o novo Código de Processo Civil: vinculação de decisões e impactos para fins de provisionamento (<i>Rafael Dinoá Mann Medeiros, Pedro de Mello Martins Teixeira</i>)	597
35.	Impactos do novo Código de Processo Civil no efeito suspensivo dos embargos à execução fiscal (<i>Rafael Pandolfo</i>)	608
36.	Dos impactos do novo CPC no direito e processo tributário (<i>Renato Lopes Becho</i>)	618
37.	A coisa julgada, Direito Tributário e o novo CPC (<i>Ricardo Micheloni da Silva</i>)	630
38.	Do Direito Tributário e a repercussão do novo Código de Processo Civil (<i>Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson</i>)	653
39.	Considerações sobre algumas questões de Direito Processual Tributário, Judicial e Administrativo feitas sob o impacto dos princípios e regras do novo Código de Processo Civil (<i>Walmir Luiz Becker</i>)	665
40.	Expectativas otimistas diante do novo Código de Processo Civil em âmbito de execução fiscal: uma de ordem fundamentalista e outra de cunho técnico (<i>Walter Alexandre Bussamara</i>)	685

